



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Relatório sobre aplicação do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação

PREÂMBULO

A Nação Angolana após um longo período de guerra, alcançou a paz, um dos maiores benefícios para a materialização das acções que visam o desenvolvimento multifacético do país e consequentemente a melhoria das condições de vida das populações.

Desde 2002, o país tem vindo a realizar um conjunto de medidas macro-económicas que estão a contribuir para o relançamento da economia nacional, diminuição da inflação, estabilidade do câmbio monetário e, sobretudo, tais medidas estão a permitir a entrada ao país de mais investidores estrangeiros.

O sector produtivo nacional também está a beneficiar de um incremento e neste contexto, podemos destacar os investimentos feitos ao sector agrícola e pesqueiro, que através de inúmeros projectos e programas estão sendo contempladas um número considerável de famílias. Estes projectos visam essencialmente dotar as famílias de capacidades para que elas possam atingir a auto-suficiência em termos alimentares e nutricionais.

No presente, documento trataremos de descrever as acções que foram realizadas em resposta ao ***Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação - 5 anos depois***, que teve lugar em Roma em 2002.

Componente de Segurança Alimentar

Indicadores Demográficos

Angola comporta uma população estimada em cerca de 16.567 milhões de habitantes (estimativa de 2006-INE), distribuídos pelas 18 Províncias. A taxa de crescimento anual é estimada entre os 2,8 e 2,9 porcentos.

Tendo em conta a característica do clima e do solo, mais de 65 % da população tem a agricultura como actividade principal e fonte do seu sustento, embora a maioria das famílias camponesas pratica uma agricultura de sequeiro.

A situação de Segurança Alimentar em Angola está a registar melhorias significativas tendo em conta o aumento dos investimentos para o sector agro-pecuário, florestal e pesqueiro, o retorno das populações as áreas produtivas, a reabilitação de algumas pontes e estradas, a melhoria no sistema de distribuição da água canalizada, a instalação de poços melhorados e chafarizes nas zonas rurais.

No entanto, outras acções foram levadas a cabo e estão em curso, visando a diversificação e aumento de renda familiar, através da abertura de oficinas de artes e ofícios, implementação de pequenos negócios e outros mecanismos.

O aumento do número de pequenos agricultores permitiu o incremento da produção e estabilidade dos preços nos principais mercados do país. (Quadros n.ºs 1 e 2 em anexo)

Duma forma geral, ao longo do ano comercial 2005/2006 houve disponibilidade regular dos principais produtos alimentares, o que certamente terá contribuído para que os preços dos produtos alimentares básicos não sofressem variações acentuadas durante o período, beneficiando-se também do controlo macro-económico da inflação.

Lista de estudos de avaliação sobre segurança alimentar

Para as avaliações do estado de segurança alimentar no País, têm sido efectuados vários estudos e inquéritos às populações mais vulneráveis, com o objectivo de aferir as suas condições sócio – económicas e permitir às instituições competentes encetar medidas que possam mudar e melhorar o quadro neste domínio. A título de exemplo foram realizados os seguintes avaliações:

- Inquéritos sobre Segurança Alimentar e Vulnerabilidade, em todo o território nacional, com maior destaque nas províncias do Huambo, Zaire e Namibe;

- Existem outras instituições envolvidas na realização de Estudos de Avaliação da Vulnerabilidade, como por exemplo a Universidade Agostinho Neto, a Universidade Católica de Angola, o Fundo de Apoio Social (FAS), PAM, e algumas ONGs.

Programas de segurança alimentar

Existem vários programas e projectos em execução sendo alguns financiados pela comunidade internacional. De referir que a maior parte dos programas e projectos são financiados pelo Governo.

Está em execução um conjunto de programas no Sector agro-pecuário, em que podemos destacar: O programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR), de âmbito nacional, aprovado pelo Governo em 2004, que tem como executor o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA). O programa tem como objectivo global:

- *Contribuir para a redução da pobreza e integração efectiva das comunidades rurais no desenvolvimento económico e social de Angola.*

O grupo alvo da intervenção do programa é constituído pelas empresas agrícolas familiares (empresas camponesas), estando no segundo ano de execução e tem 1.756.700 beneficiários.

Em curso está também o Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA), financiado pela Cooperação Espanhola-MINADER e executado pelo MINADER (GSA-IDA-EDA)¹ e gerido pela FAO. O PESA tem como objectivo e estratégia contribuir na melhoria da segurança alimentar das populações vulneráveis através de iniciativas que permitam:

- Melhorar os sistemas de produção das famílias camponesas;
- Promoção de alianças e a coordenação com os parceiros;
- Formulação de um programa nacional de segurança alimentar.

¹ GSA – Gabinete de segurança Alimentar; IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário; EDA – Estação de Desenvolvimento Agrário

Os beneficiários do supracitado programa são 2600 famílias camponesas, técnicos do governo e das ONGs, localizados nas províncias do Bié e do Huambo.

Outros programas estão sendo implementados no quadro do PIP² do governo que visam a reabilitação dos perímetros irrigados, reabilitação das estações experimentais, relançamento de algumas culturas industriais (algodão, café, soja), o aumento da produção e produtividade no sector agrário. Os referidos programas estão descritos em anexo.

Secção II- Considerações sobre acções conducentes ao cumprimento do Plano de Acção da Cimeira Mundial

Em cumprimento do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação, o governo angolano vem envidando grandes esforços nos principais sectores sociais, tendo como principal objectivo a melhoria das condições de vida das populações, incremento da produção alimentar, melhor e racional utilização dos recursos minerais em prol do desenvolvimento do país.

Sector da Saúde

As elevadas taxas de subnutrição e a prevalência extremamente alta de crianças com peso insuficiente, são uma herança da guerra, mas são também o resultado da pobreza generalizada. Por outro lado a taxa de mortalidade infantil em Angola é considerada uma das mais altas do mundo, sendo a malária a principal causa da mortalidade em crianças com menos de 5 anos.

Tendo em conta a necessidade de se criarem mecanismos que propiciem a melhoria das condições higienico-sanitárias das populações, o Governo com ajuda dos parceiros está a implementar um programa de construção e reabilitação e equipamento de infra-estruturas sanitárias. Elaborou o Plano Estratégico para a Redução Acelerada da Mortalidade Materno-Infantil (2004-2008). O Plano prevê uma redução da mortalidade infantil para 104 por 1000 nascimentos até 2015.

² PIP – Programa de Investimento Público

Houve igualmente um incremento das campanhas de sensibilização sobre cuidados primários de saúde e realizaram-se campanhas intensivas para prevenção das deficiências de vitaminas e iodo.

O reforço e formação dos recursos humanos constitui também um desafio para o governo, com efeito foram fixadas algumas metas a alcançar podemos destacar, a instalação dos serviços de cuidados primários de saúde, a capacitação dos profissionais envolvidos nas actividades de saúde materno-infantil, a implementação de um sistema de vigilância epidemiológica eficaz para todas as doenças imuno-preveníveis e potencialmente epidémicas.

No âmbito das acções para detenção e redução da propagação do HIV/SIDA.

Como consequência de 3 décadas de guerras vividas no país, os factores como as migrações e as deslocações forçadas das populações, a elevada taxa de analfabetismo, a poligamia, as relações sexuais desprotegidas, o alto índice de infecções de transmissão sexual, o fraco nível de educação sanitária, a falta de acesso a serviços médicos de qualidade, o aumento da prostituição, tornaram-se relevantes para a disseminação do HIV/SIDA.

Neste processo, Angola conta com o apoio internacional, estando a beneficiar da parceria e ajuda financeira do Fundo Global para o SIDA, e do Banco Mundial que está intervindo no âmbito do seu quadro de Assistência ao HIV/SIDA, Tuberculose e Malária, conhecida como HAMSET.

Nesta conformidade, o Governo adoptou algumas políticas para apoio as acções para detenção e redução da propagação do SIDA, podemos referenciar, a criação do Decreto-Lei n.º 1/03 de 10 de Janeiro que cria a Comissão Nacional de Luta Contra Sida, a criação do Instituto Nacional de Luta Contra SIDA, com base no Decreto n.º 7/05 de 9 de Março de 2005. A par destas acções também houve a implementação dos serviços de testagem voluntária em muitas localidades do país com destaque na província do Cunene, e foram equipadas várias Unidades para tratamentos das pessoas infectadas.

Igualmente, outros programas complementares estão em curso como: Fortalecimento das Acções de Informação, Educação e Comunicação; Prevenção da Transmissão, Apoio ao Diagnóstico, Disponibilização de Medicamentos para o Tratamento, Diminuição do Impacto Individual e Social e Fortalecimento do Sistema de Vigilância Epidemiológica.

Sector da Educação

No sector de educação podemos salientar que as diferenças entre as taxas líquidas de escolarização no ensino primário para os rapazes e raparigas evidenciam as desigualdades de género em Angola. As taxas brutas de escolarização permitem validar uma mesma tendência crescente, com amplitudes diferenciadas para os rapazes e raparigas. Para o aumento verificado nesta mesma taxa no período de 2000 a 2003 (de 56,7% para 91,1%), muito contribuíram os aumentos parciais sendo de 52% para 76,6% para as raparigas e de 60,3% para 123,3% para rapazes respectivamente.

Emprego e Segurança Social

Os desafios que o Governo Angolano tem de enfrentar são enormes, tendo em conta que o país tem uma população estimada de cerca de 16.567 milhões de habitantes, cujo 28,4% representa uma população da faixa etária entre 15-49 anos. Nesta conformidade, com vista a inserção dos jovens no processo produtivo permitindo que o jovem tenha acesso a educação e formação profissional, o governo assinou uma Convenção Financeira com os Bancos Comerciais, BPC (Banco de Poupança e Crédito) e Banco Sol, para financiar operações de micro-crédito e de crédito ao consumo. O objectivo é de promover e diversificar formas de rendimento sobretudo para os jovens e mulheres, chefes de agregados familiares.

Podemos entretanto referenciar, que muitas são as ONGs que têm trabalhado no incremento da formação profissional e profissionalizante de formas a preparar os jovens em diversas áreas de actividade, tendo em conta ao processo de reconstrução que está em curso no país.

Assembleia Nacional

As mulheres, gradualmente estão ganhando espaço nos órgãos nacionais de tomada de decisão, contudo ainda é necessário o reforço da capacidade técnico-profissional, visando uma maior inserção nas instituições administrativas e sociais do governo.

Contudo cerca de 20% dos deputados na Assembleia Nacional são mulheres, estando as mesmas inseridas nas nove Comissões de trabalho, podemos realçar que das referidas Comissões quatro são chefiadas por mulheres, que são nomeadamente as seguintes:

- Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimento;
- Administração do Estado e Poder Local;
- Economia e Finanças;
- Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Assuntos Religiosos, Juventude, Desporto e Comunicação Social.

Agricultura

Desde 2003, com a reactivação da agricultura tradicional verifica-se uma diminuição gradual do recurso a produtos alimentares importados por parte da população. Tal facto deve-se essencialmente ao aumento da força de trabalho no campo, incremento das áreas desminadas, como sequência o aumento das áreas semeadas e também a maior disponibilidade de insumos agrícolas no mercado nacional.

No decorrer da campanha agrícola 2005/06, podemos destacar que registou-se um incremento no numero de famílias de **2,3%**, estando inseridas **2.293.939 agregados familiares**, e de igual modo a área total semeada aumentou em **1,7%**, o que corresponde uma área total de **3.262.325 hectares**.

No entanto é notório uma crescente dinâmica em quase todos os mercados do país, não obstante os baixos níveis de produção local, ineficientes sistemas de comercialização e escoamento dos produtos agrícolas devido ao estado degradado das infra-estruturas de comunicação e a existência de um sistema incipiente de conservação e processamento de produtos agro-pecuários.

Entretanto o balanço alimentar do país apresenta o seguinte **défi**ce:

- 54% em cereais (correspondente a 812.775 toneladas);
- 74% em feijões(243.336 toneladas);
- 18% em batata rena(65.942 toneladas);
- e uma **disponibilidade** de 242% (5188.782 ton.) de mandioca e 132% (168.362 ton.) de batata doce.

Devido as mudanças climáticas, as calamidades naturais e aos factores de natureza social e económica, cerca de 1.634.889 pessoas estão expostas em situação de vulnerabilidade e à insegurança alimentar, segundo dados apurados durante a monitoria da campanha agrícola de 2005/2006.

O governo doravante tem trabalhado com as agências parceiras que operam no país para assegurar a transição adequada da prolongada dependência da ajuda alimentar para a criação gradual de condições de sustentabilidade em termos de segurança alimentar e nutricional das famílias no geral e em particular as pobres das zonas rurais.

Um conjunto de medidas está sendo implementado dando cumprimento ao estabelecido na Cimeira Mundial da Alimentação, visando a redução da pobreza em Angola e consequentemente do número de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Neste contexto, em 2004 o governo aprovou a nova Lei de Terras, tendo como objectivo fornecer espaços cultiváveis aos pequenos agricultores e adjudicar concessões a investidores que solicitem terra de dimensão média ou grande explorar.

Especial atenção está sendo prestada aos perímetros irrigados para a sua melhor e racional utilização e capacitação dos utentes.

Sendo a problemática de segurança alimentar uma questão multisectorial de importância vital para o desenvolvimento sustentável de Angola, o incentivo o criação de mecanismos conducentes a mesma e ao desenvolvimento rural são os dois principais pilares que visam a satisfação das necessidades alimentares internas e relançamento da economia rural. Assim sendo, estão em curso acções para promover a sector agro-pecuário e pesqueiro, nomeadamente nas culturas de cereais,

Sector do Comercio

Ao nível económico, os últimos anos houve mudanças significativas, reflectindo as medidas adoptadas de reconstrução nacional e de estabilização monetária e financeira. Tais medidas permitiram a estabilização da taxa de câmbio da moeda nacional, desde 2003 face ao dólar norte-americano.

Em relação as importações podemos salientar que durante o ano de 2005 o país adquiriu cerca de 115.000 TM de arroz, 153.000 TM de farinha de milho, 34.000 TM de farinha de trigo, 25.000 TM de feijão, 40.204 TM de óleo alimentar, 48.000TM de frutas e legumes, 176.813 TM de carne congelada e 15.461 de frango congelado e 4.130.000 unidades de ovos frescos.

A ajuda alimentar destinada à assistência aos grupos mais vulneráveis distribuída pelo Programa Alimentar Mundial no período de Janeiro a Outubro de 2005, totalizou 59.717 toneladas de produtos diversos.

Acesso a água e saneamento básico

Constitui para Angola um grande desafio a melhoria da qualidade e acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento, visto que comparado com outros países africanos Angola regista níveis muito baixos. A reduzida percentagem da população com acesso a água potável e a insuficiente manutenção das redes de esgotos e sistemas de saneamento básico são fontes de propagação de doenças.

O alvo da estratégia do Governo de Angola é atingir uma cobertura do sistema de saneamento de 57% nas áreas urbanas em 2003 para 85% em 2006, de 61% para 86% nas áreas suburbanas e de 26% para 65% para as áreas rurais.

Para o efeito no ano 2005, o Orçamento Geral do Estado atribuiu para as intervenções no sistema de abastecimento de água 1.33% dos recursos e igual percentagem foi disponibilizada para as acções ao nível do saneamento básico.

O Ministério da Energia e Águas esta a levar a cabo um intenso trabalho de mobilização e sensibilização das populações para o uso racional da água e cuidados ater para garantir a potabilidade da mesma.

Situação das estradas

A desminagem das principais vias de acesso, a construção /reabilitação das estradas e pontes constituem actividades prioritárias para o Governo.

Como é do domínio público, o estado das infra-estruturas viárias interfere fortemente no nível e no comportamento dos preços assim como no desenvolvimento dos mercados locais.

Indicadores estatísticos

➤ Saúde

Indicador	
- Percentagem de nascimentos assistidos por pessoal da saúde (2003)	22,5%
- Percentagem das crianças com menos de 5 anos com crescimento retardado(2003)	45%
- Percentagem das crianças menores de 5 anos com baixo peso (2003)	31%
- Taxa de mortalidade Associada a Malária para as crianças menores de 5 anos (2003)	35%
- Estimativa da prevalência do HIV/SIDA na população adulta (segundo estudo feito pelo MINSA, à mulheres grávidas de 15-49 anos de idades, em 25 Centros de Saúde de Angola)	2,8%
- N.º de casos notificados até ao 1º trimestre de 2006	19.227
- Taxa de mortalidade materna por Malária (2003)	25%

➤ Educação

- Taxa bruta de escolarização (2004)	120,6%
- Despesas públicas do PIB para a educação (2004)	2,6%
- Índice de paridade entre os sexos pela taxa de escolarização no ensino primário (2004)	0,706%
- Índice de paridade entre os sexos pela taxa bruta de escolarização no ensino secundário (2004)	1,178%

➤ **Planeamento**

- Percentagem do Crescimento anual do PNB (Produto Interno Bruto) por habitante (USD)	1264
- Percentagem da população que vive com menos de 1USD por dia (2005)	68%
- Percentagem da população abaixo do nível de pobreza (2005)	26%
- Índice de Desenvolvimento Humano – PNUD (2004)	0,381
- Índice de Desenvolvimento Humano (2005)	0,445
- Taxa de desemprego (Jovens dos 15 aos 24 anos)	37%

➤ **Assembleia nacional**

- Percentagem de Mulheres na Assembleia Nacional	20%
--	-----

➤ **Agricultura**

- Taxa de crescimento anual do valor global para agricultura	25,62%
-OGE- Orçamento Geral do Estado (Agricultura, pescas e meio ambiente) (2005)	3,06%
- Índice de produção bruta por pessoa	
- Percentagem (aumento) das despesas públicas consagradas a agricultura e ao desenvolvimento rural	78,89%
- Percentagem de terras irrigáveis em relação a superfície total	50,7%
- Ajuda externa para agricultura	Em anexo

➤ **Comércio**

- Taxa média anual de crescimento do PIB (2002-2004)	10%
- Taxa média de inflação (2002)	100%
- Taxa média de inflação (2004)	31%
- Défice fiscal (2003)	7,8%
- Défice fiscal (2004)	0,6%
- Reservas líquidas passaram de:	
- 1 Mês de importações	2003
- 2,4 Meses de importações	2004

Acesso a água e energia

- Percentagem da População com acesso ao sistema de saneamento melhorado:	
2001-----	59%
2003-----	78%
- Percentagem da população que utiliza as fontes de água potável:	
2001-----	62%
2003-----	68,5%

Fontes:

- Relatório Angola Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005- Setembro 2005; Governo de Angola em parceria com o PNUD;
- MINADER- Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
- Ministério da Educação;
- INE- Instituto Nacional de Estatística;
- INLCS- Instituto Nacional de Luta Contra o SIDA;
- UTCAH- Unidade Técnica de Coordenação das Ajudas Humanitárias;
- MINPLAN- Ministério do Planeamento;
- MICS- Multiple Indicator Cluster Survey- May 2003

Programas em curso no âmbito da Agricultura e Segurança Alimentar

N.º	Nome da ONG	Província	Município	Valor do projecto	Doador	Beneficiários
1	Agrisud Internacional	Bengo	Icolo e Bengo	177.449,00	Total e Sonangol	50
2	Agrisud Internacional	Zaire	Soyo	232.565,00	Sem doador	265
3	Associação Provincial das Autoridades Tradicionais de Benguela	Benguela	Benguela	900.000,00	Sem doados	1623
4	Catholic Relief Services	Benguela	Balombo	466.978,00	FRB	42762
5	Catholic Relief Services	Benguela	Benguela	165.084,00	USAID	
6	Catholic Relief Services	Benguela	Benguela	1.115.223,00	USAID	
7	Catholic Relief Services	Benguela	Cubal	666.602,00	USAID,FRB	26794
8	Catholic Relief Services	Benguela	Baia Farta	55.000,00	Sem Doador	
9	Catholic Relief Services	Benguela	Benguela	205.649,00	Word Vision	
10	Catholic Relief Services	Benguela	Cubal	566.120,00	USAID	26482
11	Catholic Relief Services	Benguela	Benguela	101.000,00	TROCAIRE, MISEREOR CARITAS SUIÇA, CAFOD; CORDAID; SECOURS CATHOLIC	
12	Catholic Relief Services	Luanda	Luanda	123.891,00	TROCAIRE, MISEREOR CARITAS SUIÇA, CAFOD;	

					CORDAID; SECOURS CATHOLIC	
13	Concern Worldwide	Bié	Cunhinga	590.348,00	Governo Irlandês	39180
14	Concern Worldwide	Huambo	Ekunha	689.893,00	Governo Irlandês	135000
15	World Vision International	Bengo	Dande	219.387,00	IRSEM	556
16	World Vision International	Benguela	Benguela	1.608.970,00	IRSEM	1500
17	World Vision International	Huambo	Huambo	480.734,00	DFID- C. Inglesa	
18	World Vision International	Huambo	Huambo	186.800,00	USAID	
19	World Vision International	Huambo	Bailundo	795.083,00	IRSEM	2200
20	World Vision International	Huambo	Huambo	200.700,00		5200
21	World Vision International	Huambo	Bailundo	293.533,00	PAM	30021
22	World Vision International	Huambo	Bailundo	190.000,00		50000
23	World Vision International	Lunda Norte	Cuilo	90.000,00		48239
24	World Vision International	Móxico	Móxico	1.218.762,00	União Europeia	40000

Nota importante:

- 1) Algumas ONGs tanto nacionais como internacionais não estão mencionadas porque não entregaram os dados atempadamente, continuam no entanto a operar em diferentes localidades de Angola;
- 2) Algumas Agências têm trabalhado directamente com o MINADER cujo o valor dos projectos não estão aqui referenciados.

Quadro N.º 1

ANGOLA -

CAMPANHA AGRÍCOLA 2005/2006

1.0 FAMÍLIAS CAMPONESAS

COD.	PROVÍNCIAS ZONAS AGROECOLÓGICAS	N.º DE FAMÍLIAS CAMPONESAS - Dez. 2005			
		TOTAL	SITUAÇÃO		
			Normal	Reassentadas Recentemente	Em Trânsito
1	2	3	4	5	6
	TOTAL NACIONAL	2.292.939	2.228.689	61.622	2.628
	REGIÃO NORTE	831.696	808.703	20.890	2.103
	REGIÃO CENTRO	995.524	954.267	40.732	525
	REGIÃO SUL	465.719	465.719	0	0

Quadro N.º 2

PROVÍNCIAS ZONAS AGROECOLÓGICAS	ÁREA SEMEADA (ha)			
	TOTAL	Famílias		
		Residentes	Reassentadas	Trânsito
2	3	4	5	6
TOTAL NACIONAL	3.262.325	3.235.785	26.015	526
REGIÃO NORTE	1.084.228	1.074.455	9.352	421
REGIÃO CENTRO	1.363.600	1.346.832	16.663	105
REGIÃO SUL	814.498	814.498	0	0



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Relatório sobre aplicação do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação

PREÂMBULO

A Nação Angolana após um longo período de guerra, alcançou a paz, um dos maiores benefícios para a materialização das acções que visam o desenvolvimento multifacético do país e consequentemente a melhoria das condições de vida das populações.

Desde 2002, o país tem vindo a realizar um conjunto de medidas macro-económicas que estão a contribuir para o relançamento da economia nacional, diminuição da inflação, estabilidade do câmbio monetário e, sobretudo, tais medidas estão a permitir a entrada ao país de mais investidores estrangeiros.

O sector produtivo nacional também está a beneficiar de um incremento e neste contexto, podemos destacar os investimentos feitos ao sector agrícola e pesqueiro, que através de inúmeros projectos e programas estão sendo contempladas um número considerável de famílias. Estes projectos visam essencialmente dotar as famílias de capacidades para que elas possam atingir a auto-suficiência em termos alimentares e nutricionais.

No presente, documento trataremos de descrever as acções que foram realizadas em resposta ao ***Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação - 5 anos depois***, que teve lugar em Roma em 2002.

Componente de Segurança Alimentar

Indicadores Demográficos

Angola comporta uma população estimada em cerca de 16.567 milhões de habitantes (estimativa de 2006-INE), distribuídos pelas 18 Províncias. A taxa de crescimento anual é estimada entre os 2,8 e 2,9 porcentos.

Tendo em conta a característica do clima e do solo, mais de 65 % da população tem a agricultura como actividade principal e fonte do seu sustento, embora a maioria das famílias camponesas pratica uma agricultura de sequeiro.

A situação de Segurança Alimentar em Angola está a registar melhorias significativas tendo em conta o aumento dos investimentos para o sector agro-pecuário, florestal e pesqueiro, o retorno das populações as áreas produtivas, a reabilitação de algumas pontes e estradas, a melhoria no sistema de distribuição da água canalizada, a instalação de poços melhorados e chafarizes nas zonas rurais.

No entanto, outras acções foram levadas a cabo e estão em curso, visando a diversificação e aumento de renda familiar, através da abertura de oficinas de artes e ofícios, implementação de pequenos negócios e outros mecanismos.

O aumento do número de pequenos agricultores permitiu o incremento da produção e estabilidade dos preços nos principais mercados do país. (Quadros n.ºs 1 e 2 em anexo)

Duma forma geral, ao longo do ano comercial 2005/2006 houve disponibilidade regular dos principais produtos alimentares, o que certamente terá contribuído para que os preços dos produtos alimentares básicos não sofressem variações acentuadas durante o período, beneficiando-se também do controlo macro-económico da inflação.

Lista de estudos de avaliação sobre segurança alimentar

Para as avaliações do estado de segurança alimentar no País, têm sido efectuados vários estudos e inquéritos às populações mais vulneráveis, com o objectivo de aferir as suas condições sócio – económicas e permitir às instituições competentes encetar medidas que possam mudar e melhorar o quadro neste domínio. A título de exemplo foram realizados os seguintes avaliações:

- Inquéritos sobre Segurança Alimentar e Vulnerabilidade, em todo o território nacional, com maior destaque nas províncias do Huambo, Zaire e Namibe;

- Existem outras instituições envolvidas na realização de Estudos de Avaliação da Vulnerabilidade, como por exemplo a Universidade Agostinho Neto, a Universidade Católica de Angola, o Fundo de Apoio Social (FAS), PAM, e algumas ONGs.

Programas de segurança alimentar

Existem vários programas e projectos em execução sendo alguns financiados pela comunidade internacional. De referir que a maior parte dos programas e projectos são financiados pelo Governo.

Está em execução um conjunto de programas no Sector agro-pecuário, em que podemos destacar: O programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR), de âmbito nacional, aprovado pelo Governo em 2004, que tem como executor o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA). O programa tem como objectivo global:

- *Contribuir para a redução da pobreza e integração efectiva das comunidades rurais no desenvolvimento económico e social de Angola.*

O grupo alvo da intervenção do programa é constituído pelas empresas agrícolas familiares (empresas camponesas), estando no segundo ano de execução e tem 1.756.700 beneficiários.

Em curso está também o Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA), financiado pela Cooperação Espanhola-MINADER e executado pelo MINADER (GSA-IDA-EDA)¹ e gerido pela FAO. O PESA tem como objectivo e estratégia contribuir na melhoria da segurança alimentar das populações vulneráveis através de iniciativas que permitam:

- Melhorar os sistemas de produção das famílias camponesas;
- Promoção de alianças e a coordenação com os parceiros;
- Formulação de um programa nacional de segurança alimentar.

¹ GSA – Gabinete de segurança Alimentar; IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário; EDA – Estação de Desenvolvimento Agrário

Os beneficiários do supracitado programa são 2600 famílias camponesas, técnicos do governo e das ONGs, localizados nas províncias do Bié e do Huambo.

Outros programas estão sendo implementados no quadro do PIP² do governo que visam a reabilitação dos perímetros irrigados, reabilitação das estações experimentais, relançamento de algumas culturas industriais (algodão, café, soja), o aumento da produção e produtividade no sector agrário. Os referidos programas estão discriminados em anexo.

Secção II- Considerações sobre acções conducentes ao cumprimento do Plano de Acção da Cimeira Mundial

Em cumprimento do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação, o governo angolano vem envidando grandes esforços nos principais sectores sociais, tendo como principal objectivo a melhoria das condições de vida das populações, incremento da produção alimentar, melhor e racional utilização dos recursos minerais em prol do desenvolvimento do país.

Sector da Saúde

As elevadas taxas de subnutrição e a prevalência extremamente alta de crianças com peso insuficiente, são uma herança da guerra, mas são também o resultado da pobreza generalizada. Por outro lado a taxa de mortalidade infantil em Angola é considerada uma das mais altas do mundo, sendo a malária a principal causa da mortalidade em crianças com menos de 5 anos.

Tendo em conta a necessidade de se criarem mecanismos que propiciem a melhoria das condições higienico-sanitárias das populações, o Governo com ajuda dos parceiros está a implementar um programa de construção e reabilitação e equipamento de infra-estruturas sanitárias. Elaborou o Plano Estratégico para a Redução Acelerada da Mortalidade Materno-Infantil (2004-2008). O Plano prevê uma redução da mortalidade infantil para 104 por 1000 nascimentos até 2015.

² PIP – Programa de Investimento Público

Houve igualmente um incremento das campanhas de sensibilização sobre cuidados primários de saúde e realizaram-se campanhas intensivas para prevenção das deficiências de vitaminas e iodo.

O reforço e formação dos recursos humanos constitui também um desafio para o governo, com efeito foram fixadas algumas metas a alcançar podemos destacar, a instalação dos serviços de cuidados primários de saúde, a capacitação dos profissionais envolvidos nas actividades de saúde materno-infantil, a implementação de um sistema de vigilância epidemiológica eficaz para todas as doenças imuno-preveníveis e potencialmente epidémicas.

No âmbito das acções para detenção e redução da propagação do HIV/SIDA.

Como consequência de 3 décadas de guerras vividas no país, os factores como as migrações e as deslocações forçadas das populações, a elevada taxa de analfabetismo, a poligamia, as relações sexuais desprotegidas, o alto índice de infecções de transmissão sexual, o fraco nível de educação sanitária, a falta de acesso a serviços médicos de qualidade, o aumento da prostituição, tornaram-se relevantes para a disseminação do HIV/SIDA.

Neste processo, Angola conta com o apoio internacional, estando a beneficiar da parceria e ajuda financeira do Fundo Global para o SIDA, e do Banco Mundial que está intervindo no âmbito do seu quadro de Assistência ao HIV/SIDA, Tuberculose e Malária, conhecida como HAMSET.

Nesta conformidade, o Governo adoptou algumas políticas para apoio as acções para detenção e redução da propagação do SIDA, podemos referenciar, a criação do Decreto-Lei n.º 1/03 de 10 de Janeiro que cria a Comissão Nacional de Luta Contra Sida, a criação do Instituto Nacional de Luta Contra SIDA, com base no Decreto n.º 7/05 de 9 de Março de 2005. A par destas acções também houve a implementação dos serviços de testagem voluntária em muitas localidades do país com destaque na província do Cunene, e foram equipadas várias Unidades para tratamentos das pessoas infectadas.

Igualmente, outros programas complementares estão em curso como: Fortalecimento das Acções de Informação, Educação e Comunicação; Prevenção da Transmissão, Apoio ao Diagnóstico, Disponibilização de Medicamentos para o Tratamento, Diminuição do Impacto Individual e Social e Fortalecimento do Sistema de Vigilância Epidemiológica.

Sector da Educação

No sector de educação podemos salientar que as diferenças entre as taxas líquidas de escolarização no ensino primário para os rapazes e raparigas evidenciam as desigualdades de género em Angola. As taxas brutas de escolarização permitem validar uma mesma tendência crescente, com amplitudes diferenciadas para os rapazes e raparigas. Para o aumento verificado nesta mesma taxa no período de 2000 a 2003 (de 56,7% para 91,1%), muito contribuíram os aumentos parciais sendo de 52% para 76,6% para as raparigas e de 60,3% para 123,3% para rapazes respectivamente.

Emprego e Segurança Social

Os desafios que o Governo Angolano tem de enfrentar são enormes, tendo em conta que o país tem uma população estimada de cerca de 16.567 milhões de habitantes, cujo 28,4% representa uma população da faixa etária entre 15-49 anos. Nesta conformidade, com vista a inserção dos jovens no processo produtivo permitindo que o jovem tenha acesso a educação e formação profissional, o governo assinou uma Convenção Financeira com os Bancos Comerciais, BPC (Banco de Poupança e Crédito) e Banco Sol, para financiar operações de micro-crédito e de crédito ao consumo. O objectivo é de promover e diversificar formas de rendimento sobretudo para os jovens e mulheres, chefes de agregados familiares.

Podemos entretanto referenciar, que muitas são as ONGs que têm trabalhado no incremento da formação profissional e profissionalizante de formas a preparar os jovens em diversas áreas de actividade, tendo em conta ao processo de reconstrução que está em curso no país.

Assembleia Nacional

As mulheres, gradualmente estão ganhando espaço nos órgãos nacionais de tomada de decisão, contudo ainda é necessário o reforço da capacidade técnico-profissional, visando uma maior inserção nas instituições administrativas e sociais do governo.

Contudo cerca de 20% dos deputados na Assembleia Nacional são mulheres, estando as mesmas inseridas nas nove Comissões de trabalho, podemos realçar que das referidas Comissões quatro são chefiadas por mulheres, que são nomeadamente as seguintes:

- Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimento;
- Administração do Estado e Poder Local;
- Economia e Finanças;
- Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Assuntos Religiosos, Juventude, Desporto e Comunicação Social.

Agricultura

Desde 2003, com a reactivação da agricultura tradicional verifica-se uma diminuição gradual do recurso a produtos alimentares importados por parte da população. Tal facto deve-se essencialmente ao aumento da força de trabalho no campo, incremento das áreas desminadas, como sequência o aumento das áreas semeadas e também a maior disponibilidade de insumos agrícolas no mercado nacional.

No decorrer da campanha agrícola 2005/06, podemos destacar que registou-se um incremento no numero de famílias de **2,3%**, estando inseridas **2.293.939 agregados familiares**, e de igual modo a área total semeada aumentou em **1,7%**, o que corresponde uma área total de **3.262.325 hectares**.

No entanto é notório uma crescente dinâmica em quase todos os mercados do país, não obstante os baixos níveis de produção local, ineficientes sistemas de comercialização e escoamento dos produtos agrícolas devido ao estado degradado das infra-estruturas de comunicação e a existência de um sistema incipiente de conservação e processamento de produtos agro-pecuários.

Entretanto o balanço alimentar do país apresenta o seguinte **défi**ce:

- 54% em cereais (correspondente a 812.775 toneladas);
- 74% em feijões(243.336 toneladas);
- 18% em batata rena(65.942 toneladas);
- e uma **disponibilidade** de 242% (5188.782 ton.) de mandioca e 132% (168.362 ton.) de batata doce.

Devido as mudanças climáticas, as calamidades naturais e aos factores de natureza social e económica, cerca de 1.634.889 pessoas estão expostas em situação de vulnerabilidade e à insegurança alimentar, segundo dados apurados durante a monitoria da campanha agrícola de 2005/2006.

O governo doravante tem trabalhado com as agências parceiras que operam no país para assegurar a transição adequada da prolongada dependência da ajuda alimentar para a criação gradual de condições de sustentabilidade em termos de segurança alimentar e nutricional das famílias no geral e em particular as pobres das zonas rurais.

Um conjunto de medidas está sendo implementado dando cumprimento ao estabelecido na Cimeira Mundial da Alimentação, visando a redução da pobreza em Angola e consequentemente do número de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Neste contexto, em 2004 o governo aprovou a nova Lei de Terras, tendo como objectivo fornecer espaços cultiváveis aos pequenos agricultores e adjudicar concessões a investidores que solicitem terra de dimensão média ou grande explorar.

Especial atenção está sendo prestada aos perímetros irrigados para a sua melhor e racional utilização e capacitação dos utentes.

Sendo a problemática de segurança alimentar uma questão multisectorial de importância vital para o desenvolvimento sustentável de Angola, o incentivo o criação de mecanismos conducentes a mesma e ao desenvolvimento rural são os dois principais pilares que visam a satisfação das necessidades alimentares internas e relançamento da economia rural. Assim sendo, estão em curso acções para promover a sector agro-pecuário e pesqueiro, nomeadamente nas culturas de cereais,

Sector do Comercio

Ao nível económico, os últimos anos houve mudanças significativas, reflectindo as medidas adoptadas de reconstrução nacional e de estabilização monetária e financeira. Tais medidas permitiram a estabilização da taxa de câmbio da moeda nacional, desde 2003 face ao dólar norte-americano.

Em relação as importações podemos salientar que durante o ano de 2005 o país adquiriu cerca de 115.000 TM de arroz, 153.000 TM de farinha de milho, 34.000 TM de farinha de trigo, 25.000 TM de feijão, 40.204 TM de óleo alimentar, 48.000TM de frutas e legumes, 176.813 TM de carne congelada e 15.461 de frango congelado e 4.130.000 unidades de ovos frescos.

A ajuda alimentar destinada à assistência aos grupos mais vulneráveis distribuída pelo Programa Alimentar Mundial no período de Janeiro a Outubro de 2005, totalizou 59.717 toneladas de produtos diversos.

Acesso a água e saneamento básico

Constitui para Angola um grande desafio a melhoria da qualidade e acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento, visto que comparado com outros países africanos Angola regista níveis muito baixos. A reduzida percentagem da população com acesso a água potável e a insuficiente manutenção das redes de esgotos e sistemas de saneamento básico são fontes de propagação de doenças.

O alvo da estratégia do Governo de Angola é atingir uma cobertura do sistema de saneamento de 57% nas áreas urbanas em 2003 para 85% em 2006, de 61% para 86% nas áreas suburbanas e de 26% para 65% para as áreas rurais.

Para o efeito no ano 2005, o Orçamento Geral do Estado atribuiu para as intervenções no sistema de abastecimento de água 1.33% dos recursos e igual percentagem foi disponibilizada para as acções ao nível do saneamento básico.

O Ministério da Energia e Águas esta a levar a cabo um intenso trabalho de mobilização e sensibilização das populações para o uso racional da água e cuidados ater para garantir a potabilidade da mesma.

Situação das estradas

A desminagem das principais vias de acesso, a construção /reabilitação das estradas e pontes constituem actividades prioritárias para o Governo.

Como é do domínio público, o estado das infra-estruturas viárias interfere fortemente no nível e no comportamento dos preços assim como no desenvolvimento dos mercados locais.

Indicadores estatísticos

➤ Saúde

Indicador	
- Percentagem de nascimentos assistidos por pessoal da saúde (2003)	22,5%
- Percentagem das crianças com menos de 5 anos com crescimento retardado(2003)	45%
- Percentagem das crianças menores de 5 anos com baixo peso (2003)	31%
- Taxa de mortalidade Associada a Malária para as crianças menores de 5 anos (2003)	35%
- Estimativa da prevalência do HIV/SIDA na população adulta (segundo estudo feito pelo MINSA, à mulheres grávidas de 15-49 anos de idades, em 25 Centros de Saúde de Angola)	2,8%
- N.º de casos notificados até ao 1º trimestre de 2006	19.227
- Taxa de mortalidade materna por Malária (2003)	25%

➤ Educação

- Taxa bruta de escolarização (2004)	120,6%
- Despesas públicas do PIB para a educação (2004)	2,6%
- Índice de paridade entre os sexos pela taxa de escolarização no ensino primário (2004)	0,706%
- Índice de paridade entre os sexos pela taxa bruta de escolarização no ensino secundário (2004)	1,178%

➤ **Planeamento**

- Percentagem do Crescimento anual do PNB (Produto Interno Bruto) por habitante (USD)	1264
- Percentagem da população que vive com menos de 1USD por dia (2005)	68%
- Percentagem da população abaixo do nível de pobreza (2005)	26%
- Índice de Desenvolvimento Humano – PNUD (2004)	0,381
- Índice de Desenvolvimento Humano (2005)	0,445
- Taxa de desemprego (Jovens dos 15 aos 24 anos)	37%

➤ **Assembleia nacional**

- Percentagem de Mulheres na Assembleia Nacional	20%
--	-----

➤ **Agricultura**

- Taxa de crescimento anual do valor global para agricultura	25,62%
-OGE- Orçamento Geral do Estado (Agricultura, pescas e meio ambiente) (2005)	3,06%
- Índice de produção bruta por pessoa	
- Percentagem (aumento) das despesas públicas consagradas a agricultura e ao desenvolvimento rural	78,89%
- Percentagem de terras irrigáveis em relação a superfície total	50,7%
- Ajuda externa para agricultura	Em anexo

➤ **Comércio**

- Taxa média anual de crescimento do PIB (2002-2004)	10%
- Taxa média de inflação (2002)	100%
- Taxa média de inflação (2004)	31%
- Défice fiscal (2003)	7,8%
- Défice fiscal (2004)	0,6%
- Reservas líquidas passaram de:	
- 1 Mês de importações	2003
- 2,4 Meses de importações	2004

Acesso a água e energia

- Percentagem da População com acesso ao sistema de saneamento melhorado:	
2001-----	59%
2003-----	78%
- Percentagem da população que utiliza as fontes de água potável:	
2001-----	62%
2003-----	68,5%

Fontes:

- Relatório Angola Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005- Setembro 2005; Governo de Angola em parceria com o PNUD;
- MINADER- Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
- Ministério da Educação;
- INE- Instituto Nacional de Estatística;
- INLCS- Instituto Nacional de Luta Contra o SIDA;
- UTCAH- Unidade Técnica de Coordenação das Ajudas Humanitárias;
- MINPLAN- Ministério do Planeamento;
- MICS- Multiple Indicator Cluster Survey- May 2003

Programas em curso no âmbito da Agricultura e Segurança Alimentar

N.º	Nome da ONG	Província	Município	Valor do projecto	Doador	Beneficiários
1	Agrisud Internacional	Bengo	Icolo e Bengo	177.449,00	Total e Sonangol	50
2	Agrisud Internacional	Zaire	Soyo	232.565,00	Sem doador	265
3	Associação Provincial das Autoridades Tradicionais de Benguela	Benguela	Benguela	900.000,00	Sem doados	1623
4	Catholic Relief Services	Benguela	Balombo	466.978,00	FRB	42762
5	Catholic Relief Services	Benguela	Benguela	165.084,00	USAID	
6	Catholic Relief Services	Benguela	Benguela	1.115.223,00	USAID	
7	Catholic Relief Services	Benguela	Cubal	666.602,00	USAID,FRB	26794
8	Catholic Relief Services	Benguela	Baia Farta	55.000,00	Sem Doador	
9	Catholic Relief Services	Benguela	Benguela	205.649,00	Word Vision	
10	Catholic Relief Services	Benguela	Cubal	566.120,00	USAID	26482
11	Catholic Relief Services	Benguela	Benguela	101.000,00	TROCAIRE, MISEREOR CARITAS SUIÇA, CAFOD; CORDAID; SECOURS CATHOLIC	
12	Catholic Relief Services	Luanda	Luanda	123.891,00	TROCAIRE, MISEREOR CARITAS SUIÇA, CAFOD;	

					CORDAID; SECOURS CATHOLIC	
13	Concern Worldwide	Bié	Cunhinga	590.348,00	Governo Irlandês	39180
14	Concern Worldwide	Huambo	Ekunha	689.893,00	Governo Irlandês	135000
15	World Vision International	Bengo	Dande	219.387,00	IRSEM	556
16	World Vision International	Benguela	Benguela	1.608.970,00	IRSEM	1500
17	World Vision International	Huambo	Huambo	480.734,00	DFID- C. Inglesa	
18	World Vision International	Huambo	Huambo	186.800,00	USAID	
19	World Vision International	Huambo	Bailundo	795.083,00	IRSEM	2200
20	World Vision International	Huambo	Huambo	200.700,00		5200
21	World Vision International	Huambo	Bailundo	293.533,00	PAM	30021
22	World Vision International	Huambo	Bailundo	190.000,00		50000
23	World Vision International	Lunda Norte	Cuilo	90.000,00		48239
24	World Vision International	Móxico	Móxico	1.218.762,00	União Europeia	40000

Nota importante:

- 1) Algumas ONGs tanto nacionais como internacionais não estão mencionadas porque não entregaram os dados atempadamente, continuam no entanto a operar em diferentes localidades de Angola;
- 2) Algumas Agências têm trabalhado directamente com o MINADER cujo o valor dos projectos não estão aqui referenciados.

Quadro N.º 1

ANGOLA -

CAMPANHA AGRÍCOLA 2005/2006

1.0 FAMÍLIAS CAMPONESAS

COD.	PROVÍNCIAS ZONAS AGROECOLÓGICAS	N.º DE FAMÍLIAS CAMPONESAS - Dez. 2005			
		TOTAL	SITUAÇÃO		
			Normal	Reassentadas Recentemente	Em Trânsito
1	2	3	4	5	6
	TOTAL NACIONAL	2.292.939	2.228.689	61.622	2.628
	REGIÃO NORTE	831.696	808.703	20.890	2.103
	REGIÃO CENTRO	995.524	954.267	40.732	525
	REGIÃO SUL	465.719	465.719	0	0

Quadro N.º 2

PROVÍNCIAS ZONAS AGROECOLÓGICAS	ÁREA SEMEADA (ha)			
	TOTAL	Famílias		
		Residentes	Reassentadas	Trânsito
2	3	4	5	6
TOTAL NACIONAL	3.262.325	3.235.785	26.015	526
REGIÃO NORTE	1.084.228	1.074.455	9.352	421
REGIÃO CENTRO	1.363.600	1.346.832	16.663	105
REGIÃO SUL	814.498	814.498	0	0